

Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Estado e Sociedade frente às Questões Sociais

Luciana Pavowski Franco Silvestre
(Organizadora)



Atena
Editora

Ano 2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Chefe: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof^a Dr^a Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof^a Dr^a Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Sandra Regina Gardacho Pietrobom – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof^a Dr^a Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof^a Dr^a Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof^a Dr^a Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
E79	Estado e sociedade frente às questões sociais [recurso eletrônico] / Organizadora Luciana Pavowski Franco Silvestre. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia. ISBN 978-85-7247-801-4 DOI 10.22533/at.ed.014192111 1. Brasil – Política social. 2. Estado e sociedade. 3. Serviço social. I. Silvestre, Luciana Pavowski Franco. CDD 361.61
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O e-book "Estado e sociedade frente às questões sociais" apresenta 23 artigos que tratam de temáticas vinculadas às situações de vulnerabilidade e risco social, bem como, formas de organização e mobilização da sociedade frente a estas, que se expressam através da garantia de direitos, dos aspectos culturais e das políticas públicas implementadas pelo Estado.

Os artigos estão organizados em quatro seções, conforme segue: "**Cultura, percepções e construção de imagem**" com cinco artigos através dos quais são debatidos aspectos relacionais e de contexto que contribuem para formação da identidade e cultura em seu entorno. "**Estado e Políticas Públicas**" apresenta nove artigos que dialogam sobre os direitos estabelecidos e a materialização destes enquanto políticas públicas, pautando-se de forma concomitante os desafios postos diante das reformas ensejadas pelos preceitos neoliberais que incidem na fragilização da atuação estatal; Na seção "**O direito e os seus desdobramentos na sociedade contemporânea**" são apresentados seis pesquisas que congregam debates voltados para os direitos estabelecidos e inferências diante dos aspectos criminológicos, adolescência e a prática de atos infracionais, relações de trabalho, tecnologia e processos eleitorais. Por fim, a seção "**Categoria de análise e questões epistemológicas**" apresenta dois artigos que analisam a superpopulação relativa a partir da categoria marxiana e os problemas epistemológicos nas ciências humanas no Brasil.

As temáticas abordadas são bastante atuais e apresentam relação entre si. Contribuem para a divulgação de estudos e análises voltadas para os desafios postos nas relações da sociedade contemporânea.

Boa leitura a todos!

Luciana Pavowski Franco Silvestre

SUMÁRIO

CULTURA, PERCEPÇÕES E CONSTRUÇÃO DE IMAGEM

CAPÍTULO 1	1
A CRIAÇÃO DE UMA <i>CITY IMAGE</i> DO RIO DE JANEIRO ATRAVÉS DA ECONOMIA CRIATIVA	
Alice dos Santos Braga	
DOI 10.22533/at.ed.0141921111	
CAPÍTULO 2	10
<i>HALLYU WAVE</i> : A CULTURA COMO MECANISMO DE SOFT-POWER SUL-COREANO	
Fernanda Vieira Carvalho	
DOI 10.22533/at.ed.0141921112	
CAPÍTULO 3	22
PADRÕES DE BELEZA NA SOCIEDADE: EXPRESSÕES NO COTIDIANO ESCOLAR	
Rosilda Arruda Ferreira	
Djavan Thiago Santos Oiteiro	
Monique Santos da Silva	
Thaiane Almeida Souza	
DOI 10.22533/at.ed.0141921113	
CAPÍTULO 4	35
“VIOLÊNCIA, DESORDEM E BEBEDEIRAS”: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM DO CLUBE FORRÓLÂNDIA NO MUNICÍPIO DE ORLÂNDIA-SP (2000-2010)	
Bruno César Pereira	
Vania Vaz	
DOI 10.22533/at.ed.0141921114	
CAPÍTULO 5	46
PAI ALCOOLISTA: PERCEPÇÕES E VIVÊNCIAS DE UMA FILHA	
Elizabeth Filgueira da Costa	
Daniela Heitzmann Amaral Valentim de Sousa	
Kay Francis Leal Vieira	
Ivana Suely Paiva Bezerra Mello	
DOI 10.22533/at.ed.0141921115	

ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS

CAPÍTULO 6	58
A ATUAÇÃO DO ESTADO, ENQUANTO GARANTIDOR DE DIREITOS, DIANTE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: AS ENCHENTES SAZONAIS DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO	
Régis Hartmann	
Carina Valesca Soares Lima	
Lanna Chely Bezerra Dias da Rocha	
DOI 10.22533/at.ed.0141921116	

CAPÍTULO 7	76
A REFORMA DO ENSINO MÉDIO NA PERSPECTIVA DO NEOLIBERALISMO E DA PROTEÇÃO SOCIAL: DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/17 À LEI Nº 13.415/17	
Marcos Felipe Rodrigues de Sousa Alessandra Pereira Nunes Raimunda Eliene Sousa Silva Suziany de Oliveira Portéglio	
DOI 10.22533/at.ed.0141921117	
CAPÍTULO 8	90
COMO SE ARTICULAM NO ESPAÇO PÚBLICO INDICADORES FISCAIS E POLÍTICAS SOCIAIS? OS EFEITOS DA EMENDA CONSTITUCIONAL 95/2016 SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE À LUZ DE UMA ABORDAGEM PÓS-ESTRUTURALISTA	
Bruno Moretti Elton Bernardo Bandeira de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.0141921118	
CAPÍTULO 9	102
DESIGUALDADE SOCIAL E INSUFICIÊNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO COMBATE À POBREZA	
Francisco Mesquita de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.0141921119	
CAPÍTULO 10	116
O GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO ADOTA A AGENDA 2030 EM SUA ESTRATÉGIA PÚBLICA?	
Cândido de Souza Pereira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211110	
CAPÍTULO 11	137
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL	
Adelcio Machado dos Santos Jucielle Marta Baldissareli	
DOI 10.22533/at.ed.01419211111	
CAPÍTULO 12	146
DEVER DO ESTADO EM GARANTIR O ACESSO À INTERNET COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVIDADE SOCIAL DA CIDADANIA DIGITAL	
Eid Badr	
DOI 10.22533/at.ed.01419211112	
CAPÍTULO 13	159
A CRISE NA VENEZUELA E O DIREITO DOS REFUGIADOS NO BRASIL	
Jonas Modesto de Abreu Bruno Henrique Martins de Almeida	
DOI 10.22533/at.ed.01419211113	

CAPÍTULO 14	172
MAIS DESENVOLVIMENTO, MAIOR TRANSPARÊNCIA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DO DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL NO SEU GRAU DE TRANSPARÊNCIA	
Pedro Severino do Nascimento Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211114	
O DIREITO E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
CAPÍTULO 15	187
A POSSIBILIDADE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL DA ATIVIDADE-FIM DO TERCEIRIZADO COM O EMPREGADO CONTRATADO DIRETAMENTE PELA TOMADORA DE SERVIÇO	
Ticiania Poncio de Lima	
Felipe Oswaldo Guerreiro Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211115	
CAPÍTULO 16	206
CRIMINOLOGIA FEMININA AFETIVA: ANÁLISE SOB A ÓTICA DO ABOLICIONISMO E MINIMALISMO PENAL	
Isael José Santana	
Julia Romano Barbosa	
Raul Dias Ferraz	
DOI 10.22533/at.ed.01419211116	
CAPÍTULO 17	218
DELINQUÊNCIA FEMINIL: BREVES ASPECTOS HISTÓRICOS E CRIMINOLÓGICOS	
Ana Carolina Medeiros Costa Paula	
Isael José Santana	
DOI 10.22533/at.ed.01419211117	
CAPÍTULO 18	231
REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL: É POSSÍVEL PENSAR DIFERENTE	
Rosalice Lopes	
Giovanna Loubet Ávila	
DOI 10.22533/at.ed.01419211118	
CAPÍTULO 19	243
O DIREITO À PRIVACIDADE EM FACE DA INTERAÇÃO CÉREBRO-MÁQUINA: A NECESSIDADE DE UMA ÉTICA DO ACESSO AO PENSAMENTO	
Lafaiete Luiz do Nascimento	
Diogo de Calasans Melo Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.01419211119	
CAPÍTULO 20	256
COMPETIÇÃO ELEITORAL COMO INCENTIVO À CORRUPÇÃO: ANÁLISE DAS ELEIÇÕES 2014 PARA GOVERNADOR E OS CASOS PERCEBIDOS DE COMPRA DE VOTOS	
Pedro Henrique Ribeiro da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.01419211120	

CATEGORIAS DE ANÁLISE E QUESTÕES EPISTEMOLÓGICAS

CAPÍTULO 21	270
A ATUALIDADE DA CATEGORIA MARXIANA DA SUPERPOPULAÇÃO RELATIVA: TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS	
Ana Virgínia do Nascimento Moreira	
DOI 10.22533/at.ed.01419211121	
CAPÍTULO 22	282
PROBLEMAS EPISTEMOLÓGICOS NAS TESES DE CIÊNCIAS HUMANAS NO BRASIL	
Rodrigo Dutra Gomes	
DOI 10.22533/at.ed.01419211122	
CAPÍTULO 23	291
UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC	
Alessandra Knoll Sérgio Luís Boeira	
DOI 10.22533/at.ed.014192111223	
SOBRE A ORGANIZADORA	307
ÍNDICE REMISSIVO	308

UM ESTUDO DE CASO DAS ASSOCIAÇÕES DE COLETORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS DE FLORIANÓPOLIS – SC

Alessandra Knoll

Universidade Federal de Santa Catarina

Sérgio Luís Boeira

Universidade Federal de Santa Catarina

CASE STUDY OF FLORIANOPOLIS - SC RECYCLING MATERIALS COLLECTOR ASSOCIATIONS

RESUMO: Esta pesquisa teve como objetivo identificaremquesentidoapolíticagovernamental federal tem influenciado a atuação da ACMR desde que foi criado o Comitê Interministerial para a Inclusão Social de Catadores de Lixo, em 2003. Os dados foram coletados utilizando-se questionários, entrevistas, análise de dados primários, história oral temática e observação. Os membros da ACMR aguardam melhorias relativas a aspectos físicos do ambiente de trabalho, e essas melhorias poderiam ser conseguidas através do Programa Pró-Catador, pois estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo mesmo. Paradoxalmente, os Associados não demonstram interesse em se informar sobre o Programa. A importância da pesquisa teórica foi no sentido de estabelecer parâmetros de discussão sobre o tema, principalmente após a nova lei (PNRS). Em relação à pesquisa de campo, a relevância do estudo ocorre tanto pela questão social que será levantada, quanto pelo aspecto técnico-legal.

PALAVRAS-CHAVE: Política Nacional de Resíduos Sólidos, catadores, lixo.

ABSTRACT: This research aimed to identify in what sense the federal government policy has influenced ACMR's performance since the Interministerial Committee for Social Inclusion of Waste Pickers was created in 2003. Data were collected using questionnaires, interviews , primary data analysis, thematic oral history and observation. ACMR members are looking for improvements regarding physical aspects of the work environment, and these improvements could be achieved through the Pro-Waste Program, as they are linked to the guidelines established by it. Paradoxically, Associates are not interested in informing themselves about the Program. The importance of theoretical research was to establish discussion parameters on the topic, especially after the new law. Relatively to field research, the relevance of the study is due both to the social question that will be raised, as well as to the technical-legal aspect.

KEYWORDS: National Policy of Solid Waste, collectors, garbage.

1 | INTRODUÇÃO

Com o foco em aumentar a visibilidade e a valorização do trabalho dos catadores de

materiais recicláveis (e das associações e cooperativas de coletores de resíduos recicláveis) foi decretada a lei que institui o Programa Pró-Catador. O desafio do Programa é transformar os catadores informais em profissionais, através de capacitação e organização em torno de cooperativas e associações. O programa Pró-Catador inclui na sua política estudos envolvendo a participação de órgãos do governo e podendo também ter a ajuda de universidades, pois como explica o seu artigo terceiro: “o Programa Pró-Catador poderá ser realizado em cooperação com órgãos ou entidades da administração pública federal e órgãos e entidades dos Estados, Distrito Federal e Municípios que a ele aderirem” (BRASIL, 2010, art.3). A nova lei foca tanto na questão ambiental do resíduo quanto na questão social do catador. Porquanto, além do inquestionável aspecto ambiental, a reciclagem possibilita ganhos sociais ao absorver na sua cadeia produtiva os catadores de materiais recicláveis, os quais são o objeto deste estudo, por meio da pesquisa realizada na Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), sediada no município de Florianópolis, que teve seu início em 1998, na cabeceira da Ponte Colombo Sales. Mais tarde ocupou a Passarela do Samba Nego Querido (paralela à Avenida Gustavo Richard). Depois foi transferida para um terreno pertencente à COMCAP (terreno do antigo “lixão”), no bairro Itacorubi, onde hoje ainda se localiza e conta com cerca de sessenta associados. Todos os locais por onde a Associação passou são dentro do município de Florianópolis.

Em relação a esta Associação foi realizada uma revisão sobre a história da mesma, e foram aplicados questionários para se verificar como a Nova Política Nacional de Resíduos Sólidos e o Programa Pró-Catador influenciam, ou não, associação.

A importância da pesquisa teórica foi em estabelecer parâmetros de discussão sobre o tema, principalmente após a nova lei (PNRS). Em relação à pesquisa de campo, a relevância do estudo ocorre tanto pela questão social levantada, quanto pelo aspecto técnico-legal. Em relação à importância do trabalho do coletor de resíduos recicláveis, este estudo enfatiza a importância da figura do coletor. O trabalho do catador é importante tanto sob a ótica social, quanto econômica e ambiental. Sob o aspecto social, o catador é relevante na manutenção da limpeza da cidade, pois a separação do resíduo reciclável é parte de uma solução importantíssima para o bem-estar do município. Em relação à economia, os catadores geram receita e fazem do lixo sua sobrevivência (e de sua família), contribuindo com o aumento do PIB, e gerando a inclusão dos mesmos no mercado de trabalho e de consumo. Quanto à questão ambiental do resíduo reciclável, em função do trabalho do catador o resíduo é reutilizado. Também o resíduo deixa de ser armazenado em depósitos de lixo a céu aberto, diminuindo assim o impacto ambiental.

2 | REVISÃO TEÓRICA

O Governo estabeleceu nos últimos dez anos diversas políticas públicas que tiveram influências na questão dos materiais recicláveis e dos catadores, a última grande mudança foi o Programa Pró-Catador. No seu artigo primeiro o decreto número 7.405 explicita sua finalidade:

Fica instituído o Programa Pró-Catador, com a finalidade de integrar e articular as ações do Governo Federal voltadas ao apoio e ao fomento à organização produtiva dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, à melhoria das condições de trabalho, à ampliação das oportunidades de inclusão social e econômica e à expansão da coleta seletiva de resíduos sólidos, da reutilização e da reciclagem por meio da atuação desse segmento. (BRASIL, 2010, s/p.).

A definição de catador¹ fica definida no parágrafo único do mesmo artigo primeiro do decreto número 7.405:

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, consideram-se catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis as pessoas físicas de baixa renda que se dedicam às atividades de coleta, triagem, beneficiamento, processamento, transformação e comercialização de materiais reutilizáveis e recicláveis. (BRASIL, 2010, s/p.).

Dentre os vários objetivos do Programa Pró-Catador, destacam-se os incisos a seguir, do artigo segundo da lei:

- I - capacitação, formação e assessoria técnica;
- II - incubação de cooperativas e de empreendimentos sociais solidários que atuem na reciclagem;
- III - pesquisas e estudos para subsidiar ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- IV - aquisição de equipamentos, máquinas e veículos voltados para a coleta seletiva, reutilização, beneficiamento, tratamento e reciclagem pelas cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- V - implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VI - organização e apoio a redes de comercialização e cadeias produtivas integradas por cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis;
- VII - fortalecimento da participação do catador de materiais reutilizáveis e recicláveis nas cadeias de reciclagem (BRASIL, 2010, s/p.).

Versa no artigo quarto do decreto que:

Art. 4º Para fins de execução das ações do Programa Pró-Catador, os órgãos do Governo Federal envolvidos poderão, observada a legislação vigente, firmar convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação, termos de parceria,

¹ Com essa definição de catador versada pela lei, os associados da ACMR (sujeitos deste estudo) são considerados catadores porque fazem a triagem do resíduo sólido. Então para fins deste estudo os trabalhadores da Associação de Coletores de Materiais Reciclados, que mesmo instalados no galpão (e não catando o lixo na rua) serão denominados de catadores, conforme o parágrafo único do artigo primeiro do decreto 7.405. Ou serão chamados de coletores, pois assim eles se denominam, ou serão chamados de associados, pois pertencem à Associação ACMR.

ajustes ou outros instrumentos de colaboração, com:

I - órgãos ou entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

II - consórcios públicos constituídos nos termos da Lei no 11.107, de 6 de abril de 2005;

III - cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis; e

IV - entidades sem fins lucrativos que atuem na incubação, capacitação, assistência técnica e no desenvolvimento de redes de comercialização, de cooperativas ou de outras formas de associação de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis, ou na sua inclusão social e econômica. (BRASIL, 2010, s/p).

A partir dessas novas diretrizes nacionais a respeito dos resíduos e do catador, novas medidas devem ser tomadas tanto no âmbito nacional quanto local, e este trabalho visou investigar estes novos rumos. O governo lançou em 2013 editais para a liberação de mais de R\$ 200 milhões para capacitar cooperativas e associações de catadores de resíduos sólidos em todo o Brasil, conforme comunicado da Agência Nacional:

Em cerimônia realizada nesta quarta-feira, 31, no Palácio do Planalto, o governo anunciou R\$ 200 milhões em créditos para empreendimentos de catadores de materiais recicláveis. O crédito é para ações que permitam a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem e a agregação de valor na cadeia de resíduos sólidos. A iniciativa faz parte da terceira fase do Programa Cataforte e tem ênfase em negócios sustentáveis em redes solidárias. (BRASIL, 2013, s/p).

Os recursos são destinados à terceira etapa do programa Cataforte Negócios Sustentáveis em Redes Solidárias e servirão para ações que permitam a inserção de cooperativas no mercado da reciclagem. A verba concedida poderá ser usada para compra de máquinas, caminhões e equipamentos, bem como capacitar os catadores para gestão das cooperativas e associações. Segundo Bem, Giacomini e Schutz

a nova lei apresenta duas abordagens que se complementam: uma quantitativa e a outra qualitativa. Sob a ótica quantitativa, o objetivo é a redução da geração de resíduos sólidos. Qualitativamente o objetivo geral é incentivar a reciclagem do lixo e o correto manejo dos produtos utilizados com potencial de contaminação no meio ambiente. (BEM; GICOMINI; SCHUTZ; 2012 p. 154).

Em relação aos catadores, Juncá, Gonçalves e Azevedo apresentam que na sua pesquisa (sobre catadores que trabalham em “lixões” abertos) perceberam:

[...]três dimensões: no lixo tem sempre trabalho e se pode obter algum dinheiro todo dia, o trabalho é “autônomo”, o que assegura a liberdade de ir e vir e , por último, mas não menos importante, possibilita contato direto com um mundo d consumo e desperdício que eles, de outra forma, não conseguiriam alcançar. Catar o que os outros jogaram fora acaba por se tornar a única via de acesso a “coisas de valor”, tais como: relógios, rádios, joias, roupas, ou mesmo alimentos, como carnes e linguiças, por vezes ainda congelados e em embalagens não violadas, estando em sua avaliação, adequadas para o consumo. (JUNCÁ, GONÇALVES; AZEVEDO, 2000, p. 61).

A questão da reciclagem do lixo envolve a conexão dos interesses das empresas com o interesse de sobrevivência dos catadores e resulta num bem comum a todos: a preservação ambiental.

3 | PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa teve caráter predominantemente qualitativo. Foram realizados ao todo quarenta e nove questionários. Dentre esses, vinte e cinco respondentes do sexo feminino e vinte e quatro do masculino. Apesar de haver mais homens que mulheres na ACMR (30 mulheres e 46 homens, segundo Entrevistado 2), alguns dos associados homens trabalham fora do galpão recolhendo material com seus carros em convênios específicos, motivo pelo qual foi difícil conseguir com que estes respondessem. Levando em consideração este número de associados, os quarenta e nove questionários realizados representam 74,2 % do número total de associados. Porém, há de ser lembrado que os associados têm uma grande rotatividade, que muitos saem e voltam. Portanto, dos associados presentes na ACMR durante o final do ano de 2013, quase todos foram questionados. Em relação à rotatividade, pode-se citar a entrevista da funcionária da COMCAP: onde a mesma afirma: “Tem uma questão que eu tenho me dado ao direito de não pensar mais: é alta rotatividade.” (Entrevistada 2, 2014).

Em relação às entrevistas, elas foram realizadas utilizando-se o efeito cascata. Um entrevistado foi a ponte para se conseguir a entrevista com o próximo. Em relação à entrevistada 1, a entrevista foi marcada via telefone, após apresentação da mesma numa reunião com o Orientador deste trabalho, na Universidade Federal de Santa Catarina. Em relação ao entrevistado dois, a pesquisadora foi até a ACMR e se apresentou ao entrevistado, explicando que fazia pesquisa na universidade e que conhecia a Entrevistada 1. Em outra visita a pesquisadora não encontrou o entrevistado 2, então a pesquisadora pediu seu contato telefônico (fornecido pela sua esposa) e após estabelecer contato telefônico avisou que iria até a associação conversar com o mesmo. Através da entrevistada 1, a pesquisadora conseguiu contato com o Entrevistado 3, que lhe concedeu entrevista ao final do ano de 2013.

Após entrevistas realizadas, então, com o presidente da ACMR e com o líder estadual do MNCR, foi realizada a continuação da história Oral temática com a Entrevistada 1, onde foi possível questioná-la a respeito das controvérsias em relação as entrevistas dos dois entrevistados (2 e 3).

Ainda para sanar as últimas dúvidas em relação às controvérsias apresentadas (em relação às declarações dos entrevistados 2 e 3), foi realizada uma pequena entrevista com um dos membros mais antigos da ACMR, que já havia respondido ao questionário e se mostrou interessado em falar um pouco mais sobre sua vida e sobre a ACMR. A acessibilidade do último entrevistado foi decisiva para o encerramento do

ciclo de entrevistas.

4 | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Atualmente 91% da triagem dos resíduos sólidos coletados pela COMCAP é realizada pela ACMR, sobrando apenas nove por cento da triagem que é realizada pela outra associação, segundo dados da COMCAP:

Há em Florianópolis hoje duas associações com capacidade de triar entre 50% e 60% do volume coletado, o restante é enviado e/ou comercializado com triadores da região. **Destino principal dos materiais da coleta seletiva:** ACMR – 600 toneladas/mês; Aresp – 60 toneladas/mês (COMCAP, 2013).

Desta forma a ACMR é a principal parceira da COMCAP no que se refere ao destino correto (reciclagem) do material reciclável. Através de questionários buscou-se entender o perfil dos trabalhadores da Associação.

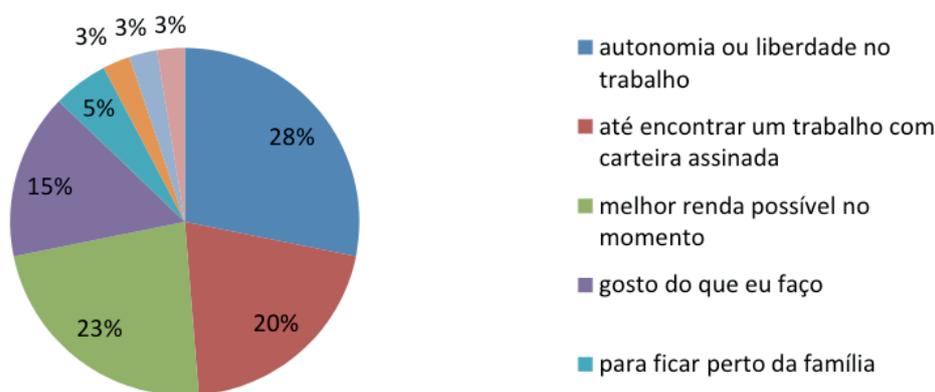


Gráfico 01: Motivos que geram a permanência do Associado na ACMR.

Fonte: dados da pesquisa, 2012

Desta forma pode-se verificar que o principal motivo (com vinte e oito por cento do total de respostas do questionário) que mantém o associado na ACMR é a autonomia. Porém, segundo o Presidente, há algumas regras no local de trabalho:

PERGUNTA: Vocês tem total autonomia aqui neste espaço?

RESPOSTA: Existem algumas regras de organização e território, porque a gente está no local da COMCAP. Então tem algumas regras, de barulho, limpeza, frequência do pessoal. E também barulho na hora que não é hora do expediente. (Entrevistado 2, 2013)

Ocorre que a funcionária da COMCAP não divide o mesmo ponto de vista em relação à autonomia dos associados, segundo a Entrevistada 1 (2014) “O sistema deles não estabelece comunicação real com o ambiente de trabalho usual. Não tem ponto pra bater e muitos ali vão embora e voltam, tem uma rotatividade muito alta.”. O segundo principal motivo que leva o Associado a permanecer na ACMR é a falta de

um emprego melhor. Vinte por cento dos associados responderam que permanecem na ACMR apenas até encontrarem um trabalho com carteira assinada. Todavia, vinte e uma das vinte e cinco questionadas (somando dezesseis por cento) disseram que pretendem continuar trabalhando na associação:

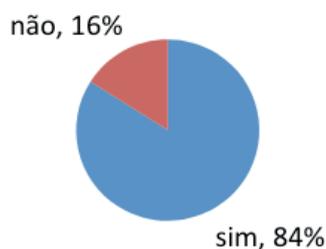


Gráfico 02: Percentual de associadas que pretendem continuar trabalhando na ACMR.

Fonte: dados da pesquisa

Já entre os homens o nível de aceitação é menor, apenas dezesseis dentre os vinte e quatro questionados disseram que pretendiam continuar trabalhando na ACMR, conforme quadro abaixo:

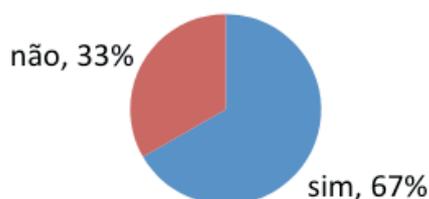


Gráfico 03: Percentual de homens que pretendem continuar trabalhando na ACMR.

Fonte: produção dos próprios autores

A média geral de associados que pretendem continuar na ACMR é de setenta e seis por cento. Conforme relatório anual da COMCAP (cujo último disponível é referente ao ano de 2012, porém publicado em 2013 no seu sítio eletrônico da empresa) o número de associados da ACMR caiu no último ano:

Em janeiro deste ano, a produção de materiais recicláveis em Florianópolis ficou 200 toneladas acima da média mensal, passando de mil toneladas no mês. Neste mesmo período, o contingente da Associação de Coletores de Materiais Recicláveis (ACMR), que recebe a maior parte desse material e o encaminha para a indústria da reciclagem, ficou reduzido a um terço, **caindo de 80 para menos de 30 trabalhadores**. O que provocou um acúmulo de materiais recicláveis no centro de transferência de resíduos da Comcap. (COMCAP, 2012, negrito meu).

O associado, então, não obtém salário da COMCAP, apesar desta considerar que este efetua um trabalho. Além disso, perante a sociedade, o trabalho do catador é um serviço público (visto que a ACMR está dentro da COMCAP, que é prestadora de serviço público).

A ACMR aparece constantemente nos relatórios da COMCAP como se desta

fizesse parte, como um parceiro, porém a mais importante parceria que ocorre é que a COMCAP cedeu o terreno para a Associação (mediante TAC do Ministério Público, ou seja, de forma imposta pelo Poder Judiciário) e lhe garante o material para trabalho: o resíduo reciclável.

O triador da ACMR faz o trabalho mais desvalorizado, colocando suas mãos no lixo, para revender o material (já devidamente separado) a um atravessador. Sendo então (o triador) apenas um caminho, uma etapa nesta cadeia, onde ele é útil para todas as partes, porém só recebe de uma: o atravessador que lhe compra o material. Não recebe, então, nem o salário da COMCAP e nem o reconhecimento devido pela sociedade (que não o vê no galpão).

Este ciclo de exploração é o que leva muitos a desistirem ou abandonarem o trabalho, pois não enxergam um futuro na triagem. Dentre os triadores que afirmaram ter interesse em sair da Associação, quarenta por cento apontam: na ACMR “não tem futuro”.

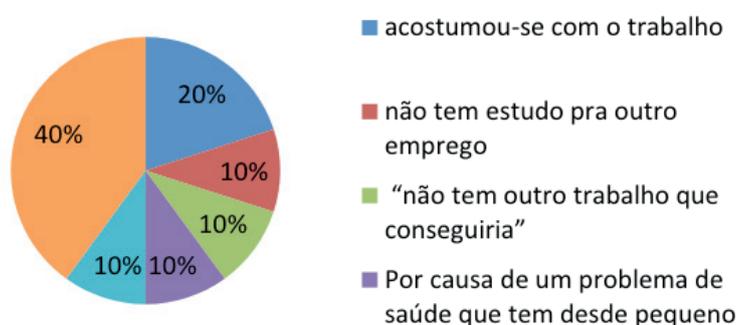


Gráfico 04: Motivos que levam os associados a pensarem em sair da ACMR.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Dentre os que querem sair da ACMR, ainda há os que apontam como motivo para ficar, mesmo assim, o fato de terem se acostumado com o trabalho.

Em entrevista com o atual presidente da Associação, foi perguntado se os filhos dos coletores também já trabalham na ACMR: “Sim, já tem muitos [associados] que os filhos já estão trabalhando aqui.” (Entrevistado 2, 2013). Ainda segundo o entrevistado a adaptação dos filhos dos antigos associados é mais rápida do que a dos entrantes novos de fora da família, pois “eles [os familiares] já sabem [o trabalho]. Então a adaptação é bem mais rápida.” (Entrevistado 2, 2013). Esta adaptação pode significar mais um motivo para gerar um hábito, um costume com o trabalho na Associação.

Outros motivos apontados são a incapacidade de conseguir outro trabalho e a falta de estudo. Segundo a Entrevistada 1 (2013) : “Eles eram agricultores, e eles não têm escola, não estudaram então isso é mais uma coisa que é difícil pra eles se organizarem”.

Ainda em relação à dificuldade de conseguir outro trabalho, pesquisa de 2004 afirma que muitos dos catadores continuam fazendo o mesmo trabalho por falta de opção, visto que não têm estudo:

Na AREsp, há uma rotatividade maior. Os questionários apontaram para uma relativa "satisfação com a atividade" (72,7% estão satisfeitos na ACMR contra 88,9% na AREsp), já que a opção por continuar fazendo o mesmo trabalho é amplamente predominante. **Certamente, isso se dá por falta de melhores opções, por carência de escolaridade, conforme ficou evidente em comentários durante as entrevistas.** (BOEIRA; CAMPOS; FERREIRA, 2004, p. 50. Negrito dos autores).

Quanto à escolaridade, trinta e três dos quarenta e nove questionados responderam não terem terminado nem o primeiro grau. Somando, desta forma, quase setenta (68%) por cento dos entrevistados.

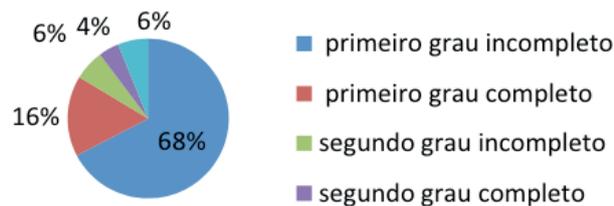


Gráfico 05: Escolaridade dos membros associados à ACMR

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

A escolaridade masculina é melhor que a média geral. Apesar de não haver na Associação homens com o segundo grau completo e dois terem se declarado analfabetos (nunca frequentaram a escola), conforme gráfico abaixo:

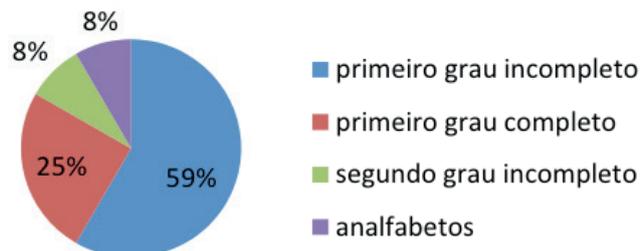


Gráfico 06: Escolaridade dos associados (ACMR) do sexo masculino.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

A média das mulheres em relação à escolaridade é pior que a média masculina, considerando as que terminaram o primeiro grau.



Gráfico 07: Escolaridade das Associadas (ACMR) do sexo feminino.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Setenta e seis por cento das mulheres não terminaram nem o primeiro grau, sendo analfabetas funcionais (fato que pode ser percebido no momento do preenchimento do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Há entre as mulheres somente uma analfabeta. Dezenove entrevistadas não completaram nem o primeiro grau, e duas terminaram o segundo grau.

Em relação à alfabetização, a Entrevistada 1 coloca que os catadores em geral não confiam a importância necessária a esta, pois não percebem o resultado. Ela nos fala sobre o exemplo que teve na outra associação de catadores:

A AREsp participou de um programa de alfabetização vinculada à secretaria de educação. Eles tiveram um salto de 28 pra 36 [Reais] no dia trabalhado. Mas eles não querem ir pra escola porque a escola não é imediatista. A escola não dá resultado imediato. (Entrevistada 1, 2014)

Durante a aplicação dos questionários, a pesquisadora algumas vezes se valia da boa recepção do questionado para fazer pequenas entrevistas *ad hoc*. Nestas entrevistas, em relação ao tema escolaridade, os associados em geral respondiam que o estudo não adianta muito, pois “demora em dar resultado” e também porque eles já sabem que não terão tempo para chegar ao final dos estudos visto que precisam trabalhar então “trabalhar que dá dinheiro, estudar não dá”.

Porém, percebe-se que a falta de estudos reflete nas oportunidades de emprego que os triadores da ACMR podem conseguir, bem como nas suas antigas profissões. Dentre os antigos empregos citados pelas associadas do sexo feminino estão: diarista ou doméstica, babá, cozinheira e trabalho em supermercado.

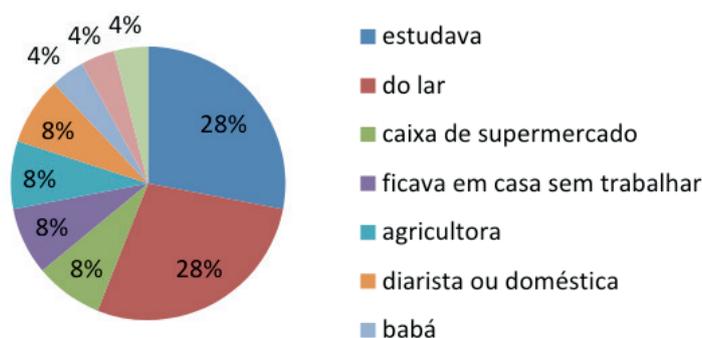


Gráfico 08: Antigo emprego – associadas (ACMR) do sexo feminino.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Sete das entrevistadas responderam que antes de trabalhar na ACMR estudavam, esta resposta se explica porque muitas das entrevistadas são novas ou começaram a trabalhar desde cedo e não tiveram chance de entrar no mercado de trabalho formal. Em relação aos antigos empregos dos associados do sexo masculino, tem-se: servente, vigilante, pintor (os dois últimos dentro da opção “outros”). Destaca-se também a agricultura com vinte e um por cento das respostas:

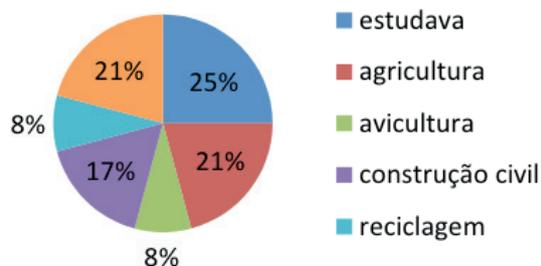


Gráfico 09: Antigo emprego – associados (ACMR) do sexo masculino.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Destaca-se ainda que seis dos respondentes afirmaram ter apenas estudado (e nunca trabalhado em outro local) antes de começarem a trabalhar na ACMR. Este dado indica novamente que a entrada de membros na ACMR acontece muito cedo, antes mesmo de terminar os estudos.

Mesmo com dezessete do total de questionados terem afirmado sentirem dor ou mal-estar durante o trabalho, quase metade (43%) dos associados não sabem qual outro emprego poderiam ter, para saírem de tal situação de mal-estar no trabalho:

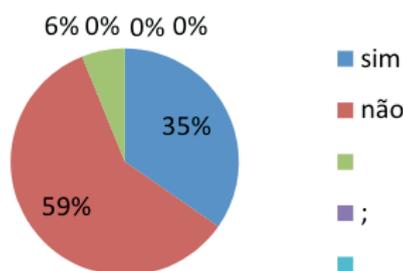


Gráfico 10: Porcentagem dos associados que sentem alguma dor ou mal-estar durante o trabalho

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Este dado é alarmante, pois pode indicar duas situações: ou a falta de condição de conseguir um emprego formal (falta de estudo ou outro motivo) ou a falta de motivação em sair da Associação. Em relação às dores, os que a sentem durante o trabalho indicam que em sua maioria (quatro entre o total de dezessete que sentem dores) são dores de cabeça e nas costas e membros, visto que o trabalho realizado é manual e em pé. A seguir, fotografias da mesa de triagem:



Imagem 1: Mesa de triagem dentro do galpão da ACMR

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

O Presidente da Associação confirma que as dores são devido ao trabalho em pé e ao esforço repetitivo:

PERGUNTA: Tem muito problema de saúde aqui entre vocês?

RESPOSTA: Tem um pouco, lesão por esforço repetitivo é normal, mas é mais dor nas pernas, porque o associado fica muito tempo em pé ao lado da mesa de triagem. (Entrevistado 2, 2013)

No questionário aplicado aos membros da ACMR, quatro dos que responderam sentir dores disseram que sentem dores de cabeça. Três deles afirmaram sentir muito calor. Um deles respondeu sentir gastrite e os demais sentem dores associadas às costas, pernas e braços:

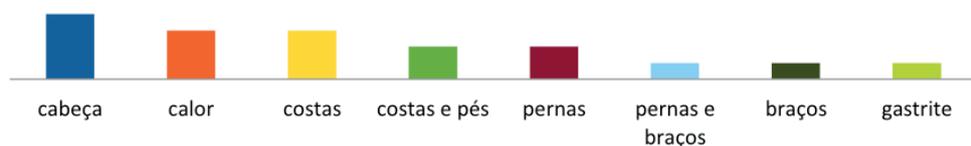


Gráfico 11: Local do corpo onde sentem dores durante o trabalho.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Ao serem questionados sobre a frequência com que sentem as dores, oito afirmaram sentirem dores pelo menos uma vez por mês. E cinco dos respondentes declaram sentir dores todos os dias.

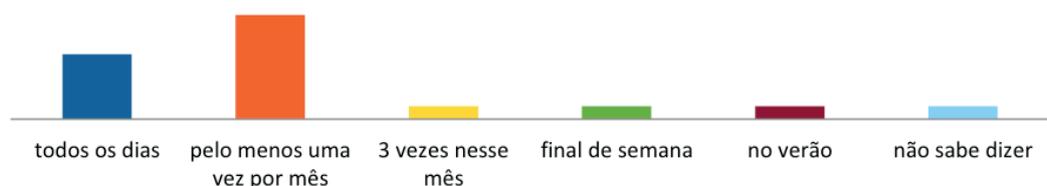


Gráfico 12: Frequência com que sentem dores durante o trabalho.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

O Programa poderia gerar muitos benefícios aos associados, porém apenas

quinze do total de quarenta e nove respondentes conheciam o Programa Pró-Catador. Mostra-se preocupante a ampla maioria (69%) dos questionados declararem desconhecer Programa. Sendo que o maior objetivo deste é a melhora da sua qualidade de vida e do seu trabalho:

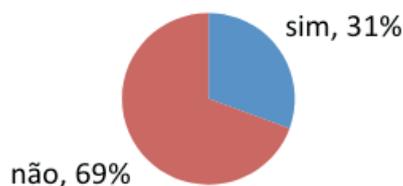


Gráfico 13: Porcentagem de associados da ACMR que conhecem o Programa Pró-Catador.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Sendo assim, a maioria dos questionados afirmaram indiferença em relação ao Programa Pró-catador:

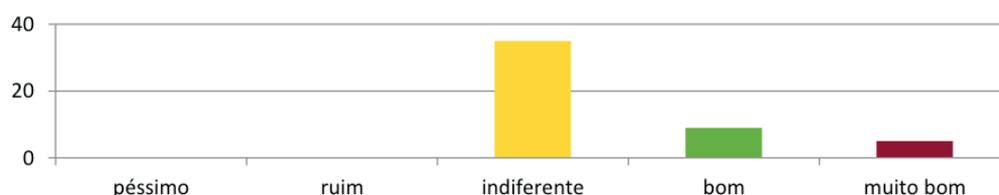


Gráfico 14: Opinião dos associados da ACMR em relação ao Programa Pró-Catador.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

A indiferença dos questionados em relação ao Programa é preocupante, não obstante:

As delimitações da temática do Programa pró-Catador são importantes porque o comitê Pró-Catador está totalmente inserido na discussão de ver o catador como figura humana e fortalecer o catador. Todos os projetos se originam dentro do Comitê Interministerial. (Entrevistada 1, 2014).

Muitas das Propostas do Pró-Catador, instituído pelo decreto número 7.405, são em benefício de melhorias para as Associações como capacitação, maquinário e estrutura física, como versa o artigo segundo do decreto, o Programa visa a “implantação e adaptação de infraestrutura física de cooperativas e associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis.” (BRASIL, 2010, art. 2º).

Por este motivo, entra em contradição o discurso do catador em ser indiferente ao Programa, pois dezoito dos quarenta e nove questionados (somando 37 %) responderam esperar melhorias na associação referentes à a infraestrutura física.

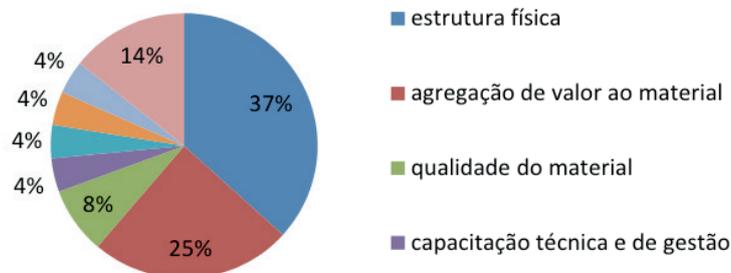


Gráfico 15: Opinião dos associados sobre o que deve ser melhorado na ACMR.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Dentre os que responderam estrutura física, alguns mencionaram especificamente algumas máquinas que deveriam ser compradas, tais como: um caminhão, um moinho, uma empilhadeira e mais uma máquina de prensa. Abaixo fotos de algumas máquinas usadas na Associação.



Imagens 2 e 3: Máquinas utilizadas na ACMR.

Fonte: dados da pesquisa, 2012.

Nota-se que muitos dos aspectos que os triadores aguardam melhorias na Associação estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo Programa Pró-catador, ao qual eles não demonstram interesse.

E em relação à produção, mesmo que seu trabalho não gere tão significativa vantagem econômica para o país, deve-se atentar para as questões substantivas. A valorização do catador e o aprimoramento de sua atividade através do Programa Pró-Catador é um importante passo para a quebra da monocultura da produção. Analisando-se questões em relação à qualidade de vida daquele que acabou no trabalho dos resíduos porque já veio de uma condição difícil e que percebe no lixo uma boa forma de sustentar sua família, percebe-se então que o foco principal, quando se trata de associações de catadores não é a questão financeira ou gerencial, mas sim a questão humana do trabalhador.

PERGUNTA: O que tu achas que ainda tem que ser melhorado em relação ao trabalho deles, principalmente agora com a nova Política Nacional de Resíduos Sólidos?

RESPOSTA: Eu acho que a mão no lixo é uma coisa muito forte, eu trabalho há anos com isso e eu até hoje não consegui entender isso. A questão da mão estar lá, de tu pegares um saco de lixo jogar lá e uma pessoa mexe nesse lixo, coloca a mão no lixo. Tem pra eles a questão da leptospirose que é muito forte, porque pode matar mesmo. Então esse problema com a saúde e o trabalho duro que é, isso aí teria que mudar. Eu já fui pra Suíça e lá é tudo automatizado. Eu acho que o que falta pra eles é o tecnológico, é a tecnologia, porque a mão no lixo é algo muito impactante. A maior parte do que eles recolhem é mesmo o papel e o papelão, e nesse ponto haveria tecnologia disponível para ajuda-los. (Entrevistada 1, 2013).

Assim, deve-se dar atenção ao catador e retirar seu estigma visto que ao desvalorizar a sua atividade está se desperdiçando experiência.

5 | CONCLUSÕES

O Objetivo geral deste artigo foi verificar como tem sido implementadas as políticas públicas de inclusão social de catadores de material reciclável na cidade de Florianópolis. Considerando o período de 2003 (criação do Comitê Interministerial) até a data atual.

Verificou-se, que apenas quinze do total de quarenta e nove respondentes conheciam o Programa Pró-Catador. Mostra-se preocupante a ampla maioria (69%) dos questionados declararem que não conhecem o Programa, sendo que o seu maior objetivo é a melhora da qualidade de vida e do seu trabalho do catador.

A maioria (somando trinta e cinco) dos questionados afirmaram indiferença em relação ao Programa Pró-Catador. Nove responderam considerar o Programa bom e cinco afirmaram considerar o Programa muito bom. Nenhum respondente afirma que o PPC é ruim ou péssimo. A indiferença dos questionados é inquietante visto que o comitê Pró-Catador está totalmente inserido na discussão de ver o coletor de resíduos como figura humana, fortalecendo-o. Todos os projetos do Governo Federal que objetivam a melhoria da qualidade de vida do catador se originam dentro do Comitê Interministerial. Porém os associados não sabem disso, não fazem a conexão entre a sua condição e a lei que os protege.

Muitas das Propostas do Programa são em benefício de melhorias para as associações de catadores, como capacitação, maquinário e estrutura física. Por este motivo, entra em contradição o discurso do catador em ser indiferente ao Programa Pro-Catador, pois dezoito dos quarenta e nove questionados (somando 37 %) responderam esperar melhorias na associação referentes à infraestrutura física. Dentre os que responderam que desejam melhor estrutura física, alguns mencionaram especificamente algumas máquinas que deveriam ser compradas, tais como: um caminhão, um moinho, uma empilhadeira e mais uma máquina de prensa. Todas essas máquinas podem ser adquiridas através do Programa Pro-Catador, pois este tem como objetivo a melhoria das condições de trabalho do catador segundo o artigo primeiro da lei. Assim, nota-se que muitos dos aspectos que os triadores aguardam

melhorias na Associação estão ligados às diretrizes estabelecidas pelo Programa Pró-catador, pelo qual eles não demonstram interesse.

Percebe-se que a definição de catador, escrita em lei, coloca o catador como uma pessoa de baixa renda e responsável pelo processo de triagem. A definição do catador que será abrangido pelo Programa foi definida no parágrafo único do mesmo artigo primeiro do decreto nº 7.405. Ocorre que em países mais desenvolvidos a triagem inicial é feita pelo próprio cidadão, na casa dele, e o lixo é mandatoriamente colocado em recipientes separados, ao contrário de países (como o Brasil) onde a triagem é delegada para outros.

REFERÊNCIAS

BEM, Judite Sanson; GIACOMINI, Nelci Richter; SCHUTZ, Fernanda. A nova política pública de resíduos sólidos no Brasil e a perspectiva de adequação do município de Canoas/RS. **Diálogo**, Canoas, n. 21, p.151-172, 2012. Jul-dez. Disponível em: <<http://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/369>>. Acesso em: 10 mar. 2013.

BOEIRA, Sérgio Luís; CAMPOS, Lucila Maria de Souza; FERREIRA, Elaine. **Redes de catadores-recicladores de resíduos em contexto nacional e local: gerencialismo instrumental à gestão da complexidade?**. Revista organizações e Sociedade, v 14. N 43 out \dez 2007.

BRASIL, República Federativa do. **Decreto nº 7.405**, 23 de dezembro de 2010.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **Projeto reciclando**: programa de apoio às organizações de catadores de materiais recicláveis nas regiões metropolitanas e capitais. Florianópolis: Klimata, 2004.

COMCAP – COMPANHIA MELHORAMENTOS DA CAPITAL. **Relatório Anual (2012)**. Florianópolis, 2009. Disponível em: <http://www.pmf.sc.gov.br/arquivos/documentos/pdf/26_03_2013_12.53.07.83ef93963c7fd5b11cc4c2d5b383ef4d.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2013.

JUNCÁ, Denise; GONÇALVES, Marilene Parente; AZEVEDO, Verônica Gonçalves. **A mão que obra no lixo**. Niterói: Universidade Fluminense, 2000.

SOBRE A ORGANIZADORA

Luciana Pavowski Franco Silvestre - Possui graduação em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003), pós-graduação em Administração Pública pela Faculdade Padre João Bagozzi (2008) é Mestre em Ciências Sociais Aplicadas pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2013), Doutora em Ciências Sociais Aplicadas pela UEPG. Assistente Social da Secretaria de Estado da Família e Desenvolvimento Social - Governo do Estado do Paraná, atualmente é chefe do Escritório Regional de Ponta Grossa da Secretaria de estado da Família e Desenvolvimento Social, membro da comissão regional de enfrentamento às violências contra crianças e adolescentes de Ponta Grossa. Atuando principalmente nos seguintes temas: criança e adolescente, medidas socioeducativas, serviços socioassistenciais, rede de proteção e política pública de assistência social.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Abolicionismo 206, 209, 210, 211, 212, 215, 216, 217
Accountability 172, 173, 174, 177, 178, 179, 185, 186, 259, 269
Acumulação capitalista 80, 271, 272, 274, 276, 281
Adolescentes 23, 27, 50, 54, 57, 139, 140, 210, 231, 232, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 307
Agenda 2030 116, 117, 118, 119, 122, 124, 125, 127, 135, 136
Alcoolismo 46, 48, 49, 50, 52, 53, 54, 55, 56, 57
Análise de conteúdo 46, 116, 118, 120, 121, 123, 135, 136

B

Bullying 22, 23, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 34

C

Cidadania 63, 64, 108, 109, 111, 114, 115, 133, 137, 144, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 157, 158, 200, 205, 227, 241, 245
Cidadania digital 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 157
City image 1, 2, 4, 5, 6, 8
Competição 2, 16, 91, 99, 100, 174, 176, 256, 257, 259, 261
Compra de votos 256, 257, 258, 260, 261, 262, 263, 265, 266, 268
Compromisso social 231
Corrupção 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 265, 267, 268, 269
Criminalidade 133, 206, 208, 212, 214, 216, 218, 226, 229, 278
Criminologia 206, 207, 208, 214, 215, 216, 217, 218
Crise 11, 16, 65, 74, 80, 90, 91, 92, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 105, 107, 108, 110, 159, 160, 162, 163, 166, 168, 170, 202, 206, 209, 221, 238, 239, 253, 271, 272, 275, 276, 277, 279, 280, 281

D

Democracia Contemporânea 172
Desigualdade social 78, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 111, 112, 131, 185, 193, 200, 205, 277
Dever do estado 146
Direito à privacidade 151, 243, 244, 245, 246, 247, 251
Direito constitucional 74, 113, 153, 158, 171, 245
Direito dos refugiados 159, 164
Direito fundamental 65, 146, 149, 150, 152, 157, 158, 191
Direito internacional 12, 159, 170, 253
Direitos 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 72, 73, 74, 75, 80, 91, 95, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 104, 105, 107, 113, 129, 131, 133, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 157, 158, 159, 160, 161, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 174, 175, 176, 177, 186, 187, 188, 189, 191, 192, 193, 199, 200, 202, 203, 204, 210, 211, 213, 215, 226, 227, 228, 229, 231, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 253, 254, 255, 278, 279

Direitos humanos 62, 74, 75, 105, 133, 147, 149, 150, 155, 157, 159, 160, 163, 164, 165, 167, 168, 170, 186, 191, 210, 211, 227, 243, 244, 245, 247, 250, 251, 253, 254

E

Economia criativa 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9

Educação 6, 33, 63, 64, 67, 71, 73, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 105, 106, 111, 112, 113, 116, 119, 122, 128, 129, 131, 134, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 145, 149, 151, 158, 166, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 196, 204, 210, 223, 227, 300

Eleições 80, 110, 161, 162, 175, 176, 177, 178, 185, 256, 257, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 265, 267, 268

Emenda Constitucional 95/2016 7, 90

Empírica 269, 282, 287, 288, 289

Encarceramento feminino 218, 224, 228

Enchentes sazonais 58, 59, 60, 61, 73

Ensino médio 22, 28, 29, 33, 51, 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 129, 144

Equiparação salarial 187, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 201, 203

Estratégia pública 116, 118, 119, 120, 123, 125, 135

Estudante 22, 31, 89

Estudo de caso 8, 46, 51, 120, 291

Exclusão social 102, 202

F

Família 25, 27, 38, 39, 42, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 108, 111, 112, 114, 140, 141, 142, 167, 210, 213, 220, 221, 223, 225, 236, 239, 292, 298, 304, 307

Flexibilização do direito do trabalho 187

Forró 35, 36, 37, 39, 40, 41, 42, 43, 44

G

Garantias fundamentais 58, 66, 152, 254

H

História 6, 10, 24, 33, 39, 52, 106, 107, 117, 137, 138, 139, 144, 145, 164, 168, 171, 212, 219, 229, 232, 236, 242, 276, 283, 284, 287, 290, 291, 292, 295

I

Indicadores fiscais 90, 95, 98, 99

Interação cérebro-máquina 243, 244, 249, 250, 253

Internet 23, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 167, 173, 180, 250, 252, 254

M

Método 102, 116, 118, 120, 121, 164, 170, 174, 175, 180, 188, 204, 282, 285, 287, 288, 289

Minimalismo 206, 209, 210, 212, 215, 216, 217

Mulher delinquente 218, 220, 221, 228

N

Neurociência 243, 250, 251, 253, 255

Neurotecnologia 243, 244, 250, 251, 252

Nordestinos 35, 37, 38, 39, 42, 43, 44

O

Objetivos de desenvolvimento sustentável 116, 117, 118, 119

P

Padrão de beleza 25, 33

Paulistas 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44

Percepções 46, 50, 56, 282, 286

Pesquisa 2, 3, 6, 11, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 30, 32, 33, 38, 43, 46, 51, 53, 55, 57, 59, 60, 72, 76, 85, 86, 102, 106, 108, 115, 116, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 132, 135, 146, 148, 153, 154, 158, 170, 174, 177, 178, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 202, 203, 206, 233, 243, 245, 256, 258, 262, 263, 267, 268, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 299, 300, 301, 302, 303, 304

Pobreza 25, 72, 100, 102, 104, 105, 107, 108, 109, 112, 113, 115, 117, 118, 119, 127, 134, 135, 149, 161, 200, 205, 271, 277, 280, 281

Poliarquia 172, 174, 175, 185, 257, 258, 268

Política 2, 3, 7, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 19, 20, 21, 66, 67, 68, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 82, 87, 88, 89, 97, 99, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 127, 132, 136, 137, 139, 144, 145, 148, 149, 159, 161, 163, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 174, 175, 177, 185, 186, 199, 211, 217, 218, 219, 220, 226, 227, 229, 232, 253, 257, 259, 268, 269, 280, 281, 283, 291, 292, 304, 306, 307

Política criminal 218, 219, 226

Políticas públicas 2, 3, 58, 59, 60, 65, 66, 68, 72, 73, 75, 78, 80, 81, 87, 91, 94, 95, 98, 99, 100, 102, 104, 105, 108, 109, 116, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 125, 128, 130, 135, 144, 146, 157, 162, 163, 173, 177, 179, 214, 240, 293, 305

Presídio feminino 218

Princípio da igualdade 64, 75, 198, 199, 201

Proteção social 76, 78, 87, 89, 94, 95, 168

Psicologia jurídica 231

R

Redução da maioridade penal 231, 237, 240

Reestruturação produtiva 270, 272, 275, 277, 279, 280

Reforma do ensino médio 76, 77, 78, 79, 81, 83, 84, 86, 87, 89

Rio criativo 6

Rio de janeiro 1, 4, 89

S

Sistema Único de Saúde 90

Sociabilidades 35

Superpopulação relativa 5, 9, 270, 271, 272, 274, 275, 276, 277, 278, 279, 280, 281

T

Teoria 33, 34, 43, 64, 74, 75, 76, 89, 95, 105, 138, 141, 144, 174, 186, 210, 211, 215, 216, 221, 229, 241, 257, 277, 282, 283, 284, 285, 287, 288

Terceirização 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205

Transparência 133, 135, 172, 173, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186

Turismo 1, 6, 7, 8, 10, 14, 18, 130

V

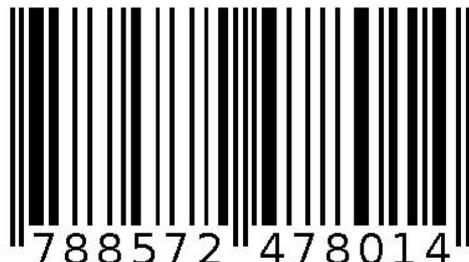
Venezuela 159, 160, 161, 162, 163, 166, 167, 168, 169, 170, 171

Violência 27, 28, 34, 35, 40, 54, 55, 129, 133, 210, 212, 220, 233, 234, 235, 237, 240, 241, 247, 254

Vivências 46, 286

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-801-4



9 788572 478014